



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1609072 - SP (2019/0321151-9)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : EDINELSON HIGINO TAVANTI
ADVOGADO : GERALDO FRANCISCO DO N.SOBRINHO - SP152399
AGRAVADO : VALDIR AFONSO DA SILVA
ADVOGADO : ROQUE VINICIUS ISIDIO TEODORO DIAS - SP334705

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal.

Ação: embargos opostos por VALDIR AFONSO DA SILVA, contra execução ajuizada por EDINELSON HIGINO TAVANTI, referente a escritura pública de confissão de dívida e duas notas promissórias.

Decisão de admissibilidade do TJ/SP: inadmitiu o recurso especial sob os seguintes fundamentos: ausência de violação/negativa de vigência/contrariedade (art. 489 do CPC/15); ausência de obscuridade/contradição/omissão/erro; ausência de violação/negativa de vigência/contrariedade e Súmula 7/STJ (arts. 373, I, 1.013 do CPC/15, 1.643, 1.644, 1.664 do CC).

ARESP de EDINELSON HIGINO TAVANTI: não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade dos referidos óbices: ausência de obscuridade/contradição/omissão/erro; Súmula 7/STJ à hipótese concreta dos autos.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, §11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso,

majoro os honorários fixados anteriormente em 10% sobre o proveito econômico (e-STJ fl. 358) para 12%, na proporção fixada pelo Tribunal de origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora